

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NO RURAL NORTE-MINEIRO: A REALIDADE DOS MUNICÍPIOS MENOS DESENVOLVIDOS¹

Priscilla Caires Santana Afonso²
Anete Marília Pereira³

Resumo: É sabido que as pequenas cidades da região Norte do estado de Minas Gerais têm uma característica marcante, a forte presença do rural. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo estudar as atividades não-agrícolas no Norte de Minas a partir da realidade dos municípios menos desenvolvidos da região. Os procedimentos metodológicos consistiram em pesquisa bibliográfica, análise documental, observação *in loco* e entrevistas nas prefeituras dos 79 municípios da região que possuem uma população urbana inferior a 20.000 habitantes, além de entrevistas com agricultores. A partir dos estudos realizados concluímos que as atividades não-agrícolas estão mais presentes nos municípios do que apontam os dados estatísticos, pois essa foi a alternativa encontrada pelos agricultores para se adequarem ao processo de modernização do campo para a permanência em suas terras.

Palavras-chave: Atividades Não-Agrícolas. Rural-Urbano. Norte de Minas.

¹ Este artigo é parte do projeto *Urbanização e Novas Ruralidades no Norte de Minas Gerais: relações entre a pequena cidade e o espaço rural*, financiado pela FAPEMIG.

² Professora Departamento de Geociências da UNIMONTES. Doutoranda em Geografia UFU. priscillacaires@yahoo.com.br

³ Professora Departamento de Geociências da UNIMONTES. Doutora em Geografia. anete.pereira@unimontes.br

THE NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN THE COUNTRYSIDE NORTHERN-MINEIRO: THE REALITY OF THE LEAST DEVELOPED COUNTIES

Abstract: It is known that small towns in the northern state of Minas Gerais has an outstanding feature, the strong presence of the countryside. In this sense, this paper aims to study the non-agricultural activities in the North of Minas from the reality of the least developed counties in the region. The methodological procedures consisted of literature review, document analysis, on-site observation and interviews in the halls of the 79 municipalities in the region that have an urban population less than 20,000 inhabitants, and interviews with farmers. From the studies we conclude that the non-agricultural activities are more prevalent in cities than the statistics suggest, because that was the alternative found by farmers to suit the process of modernization of the countryside to stay on their land.

Key words: Non-Agricultural Activities. Rural-Urban. North of Minas Gerais.

Introdução

Pensar o urbano e o rural não consiste em uma tarefa fácil para os pesquisadores e formuladores de políticas públicas há muitos anos. Em especial refletir sobre o tema no espaço norte-mineiro, exige de nós algumas reflexões que vão além do espaço regional.

Na perspectiva geográfica, os termos urbano e rural têm sido analisados de forma multidisciplinar, utilizando-se autores da Sociologia Rural, da Geografia Econômica e até mesmo Demógrafos em busca de uma explicação mais adequada das diferentes realidades brasileiras.

Esse trabalho tem a intenção de fazer algumas considerações sobre a realidade dos municípios menos desenvolvidos da região Norte de Minas, aqui entendidos como aqueles que possuem menos de 20.000 habitantes em sua área urbana, no tocante as atividades não-agrícolas.

Essa é uma reflexão necessária, uma vez que os dados estatísticos não dão o devido tratamento à questão que é alvo de diversas pesquisas após o processo de modernização da agricultura que modifica de forma sistemática os arranjos espaciais. No tocante a região citada não existem estudos sobre o tema, apesar de sua relevância para o planejamento das políticas públicas.

Para tanto, foi adotada uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, análise documental, observação in loco e entrevistas nas prefeituras dos 78 municípios da região (com menos de 20.000 habitantes em sua área urbana), além de entrevistas com agricultores, o que contribuiu para um melhor entendimento da realidade vivida por eles.

Nesse sentido, esse estudo está dividido em quatro partes: primeiramente se discute sobre as diversas teorias acerca do urbano e do rural, em seguida é feita uma contextualização sobre o Norte de Minas Gerais sob o ponto de vista histórico e ambiental. A terceira parte, consta da discussão sobre as atividades não-agrícolas na região a partir dos dados estatísticos e dos dados obtidos nos trabalhos de campo. A última parte trata das considerações finais.

O Rural e o Urbano: considerações teóricas sobre o tema

As discussões para se definir o que é campo e o que é cidade ou o que é rural e o que é urbano têm ocupado várias páginas de muitos artigos dos estudiosos do tema. A partir da leitura desses, podemos perceber que várias teorias se fazem presentes e na maioria dos casos essas estão associadas a duas correntes: aquela que defende a dicotomia rural-urbano e a corrente do continuum rural-urbano. A primeira está centrada nas diferenças entre os dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe a cidade. A cidade é vista como progresso e a diferenciação entre os dois espaços é feita através da delimitação do que é urbano. O rural, subjugado, representa o atraso delimitado pelo que resta da equação. Entretanto, autores como Reis (2010) e Siqueira (2001) argumentam que essa é uma importante linha de pensamento que não deve ser entendida como ultrapassada devido à dinâmica dos espaços e os diferentes níveis de inserção dos mesmos no capitalismo. Existem áreas onde o capitalismo não os modificou imprimindo novas dinâmicas agrárias.

A relação dicotômica se constitui como a primeira etapa do processo de diferenciação de áreas, para que só posteriormente, com a urbanização das áreas rurais, possa existir o *continuum* rural e urbano. [...] É preciso salientar a existência de várias regiões do mundo em que a idéia de *continuum* não traduz, de forma satisfatória, a realidade. Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países mais atrasados, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. A conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Dessa forma, vale destacar que seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas. (REIS, 2010, p. 5-6)

A segunda corrente estuda uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana (BERTRAND, 1973). A construção dessa segunda abordagem aconteceu devido a profundas mudanças econômicas e técnicas ocorridas na sociedade capitalista que aprofundou as relações campo-cidade e reduziu as distâncias entre os dois espaços e os fenômenos a eles relacionados.

Segundo Duarte (2009) nos países da América Latina, essas mudanças se acentuam a partir da década de 1960, com a “abertura” do pacote tecnológico da Revolução Verde⁴. A modernização agrícola nesses países significou a introdução do meio técnico-científico-informacional em ambos os espaços (SANTOS, 2005, p. 145).

Para os autores que compartilham dessa perspectiva, as cidades passam a ter o poder de comandar a organização dos territórios, incluído os espaços rurais. Esse viés de análise, de origem marxista, enxerga a homogeneização dos espaços urbanos e rurais, ou seja, declara o fim do rural.

Para Duarte (2009, p. 2) “a urbanização é a característica essencial do capitalismo contemporâneo e as diferentes manifestações fenomênicas desse

4 Para Brum (1987, p. 44) a Revolução Verde foi um pacote tecnológico que permitiu a implantação e avanço do modelo de modernização agrícola implementado na América Latina. Esse modelo se baseia no desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes.

processo estão igualmente presentes no campo e na cidade.” A ideia de urbanização do campo, diluiria as fronteiras entre os dois espaços.

José Graziano da Silva (1997) é quem está à frente dessa abordagem no Brasil. O chamado “Rurbano” ou “Novo Rural Brasileiro⁵” é fruto de suas análises sobre o tema. O autor utiliza do neologismo inglês Rurban com o intuito de demonstrar que no rural brasileiro coexistem dinâmicas e características rurais e urbanas. O rural por sua vez, está fadado ao desaparecimento frente ao grande poder de articulação e organização das cidades.

Essa concepção de uma integração homogeneizadora do campo e da cidade, sendo a cidade a força mais expressiva, tem sido criticada por diferentes autores, como José Eli da Veiga (2002).

Para ele o rural brasileiro é muito mais expressivo do que acredita os dados estatísticos oficiais. Um componente marcante em sua obra é a crítica ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE que adota uma conceituação distinta dos demais países situados na Europa, América do Sul e dos Estados Unidos para diferenciar o urbano do rural. Segundo o autor, a metodologia utilizada pelo IBGE⁶ é obsoleta e leva em consideração somente a densidade demográfica para analisar e conceituar urbano e rural. As cidades, nessa perspectiva, são “aglomerados a partir de 20 mil pessoas”, não se considerando as estruturas e funcionalidade das mesmas.

O Brasil inequivocadamente urbano é formado pelos 455 municípios onde estavam 57% da população em 2000. [...] é preciso distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no meio-de-campo. E para fazer esse tipo de separação o critério decisivo é a densidade demográfica. [...] podem ser considerados de pequeno porte os municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², mesmo que tenham

⁵ De acordo com Grossi & Silva (2002, p.5), o “Novo Rural” brasileiro é constituído basicamente por três grandes grupos de atividades, a saber: uma agropecuária moderna (baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias), um conjunto de atividades não-agrícolas (ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestações de serviços) e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercado.

⁶ O IBGE diferencia os espaços urbanos e rurais com base na legislação que está em vigor desde o período histórico do Estado Novo (1937-1945). Na ocasião foi editado o Decreto-lei 311/1938 que define até hoje os parâmetros legais baseados exclusivamente em critérios políticos-administrativos.

menos de 50 mil habitantes. [...] conclui-se então que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. (VEIGA, 2002, p. 125)

Para Veiga (2002) o espaço rural guarda suas especificidades em relação ao urbano como foco de dinâmicas próprias.

Existem muitas críticas a obra de Veiga (2002), feitas por autores como Sobarzo (2010) e Matos (2010) que afirmam que a metodologia sugerida pelo autor ainda está demasiadamente centrada em critérios que privilegiam a densidade demográfica, mas é preciso reconhecer que sua obra inspira outros estudiosos que tendem a um maior equilíbrio.

Duarte (2009, p. 16-17) é exemplo disso e sugere que “deveríamos, talvez, deixar de centrar o rural no especificamente agrário e agregar à análise do meio rural as outras atividades que estão crescendo: indústrias, serviços, turismo...” Acrescenta, ainda, que buscar novas ruralidades não é ocultar os problemas ou mascarar os processos dando-lhes novas etiquetas, mas consiste na busca de explicar espaços que tem muito em comum sem contar necessariamente com o fim de outro.

Em confluência com o pensamento de Duarte (2009) concordamos com a cautela de João Rua (2001) que propõe novas abordagens capazes de considerar a multiplicidade de interações campo e cidade, sem que isso signifique a preconizada fórmula do “fim do rural” por meio do processo de urbanização.

Essa abordagem permite, segundo Rua

Trabalhar integralmente o rural e o urbano em escala local, regional, nacional, rompendo com o formalismo reducionista do rural definido a priori, por exclusão do urbano, como até aqui, e reforçar o espacial/territorial, mas em complexos espaciais/territoriais mais amplos que permitam ver regiões mais ou menos rurais, cidades em regiões rurais, agropecuária em regiões urbanas [...]. (RUA, 2001, p.34).

O autor desenvolve a ideia de trabalhar com o que chama de “urbanidades no rural” (RUA, 2001, p. 41). Essas seriam manifestações do urbano (mas que nem sempre são de origem urbana) em áreas rurais. Isso implica na análise de que nem sempre os espaços que tenham manifestações do urbano sejam necessariamente urbanos.

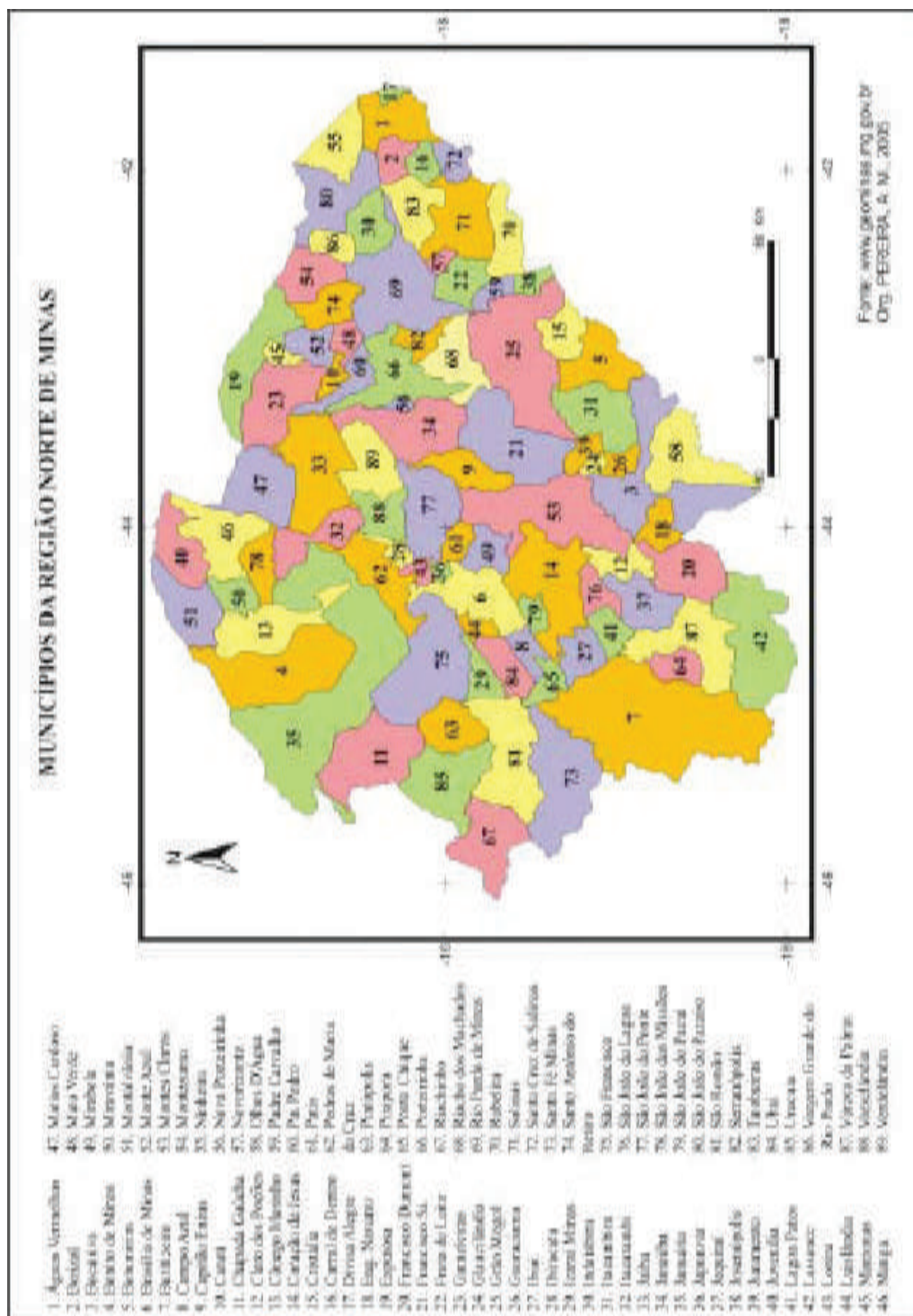
Sendo assim, a definição de espaço rural com a qual mais nos identificamos é formulada por Rua (2001) nos seguintes termos:

O rural será compreendido como espaço incorporado/ incorporador ao/do processo geral de urbanização; integrado ao urbano, mas guardando algumas especificidades [...] que são ‘oferecidas’, ‘descobertas’, ‘exploradas’ como ‘atrações locais’[...]. Por outro lado, tem a sua participação intensificada em circuitos e redes sobre as quais não tem poder de decisão (circuitos de circulação, redes logísticas e informacionais). Novas atividades e funções do rural [...] além do importante papel da aposentadoria rural ou o trabalho a domicílio, por exemplo, marcam estas novas formas de integração rural-urbana com distinções cada vez mais difíceis de serem estabelecidas entre essas duas espacialidades. (RUA, 2001, p.35)

Entendemos que o Brasil é um país de novas ruralidades, que devem ser pesquisadas e analisadas pelos geógrafos na busca da compreensão de um espaço tão diverso. O Norte de Minas é parte dessa diversidade e para compreendê-lo, daremos nossa contribuição segundo o olhar geográfico.

O Norte de Minas: uma contextualização histórica e ambiental

Para Matos; Straler e Umbelino (2004), a diversidade mineira é bastante conhecida e estudada há vários anos. Essa diversidade se expressa na sua grande dimensão física, socioeconômica e cultural. O Norte de Minas (MAPA 1) é um retrato dessa diversidade por todos os aspectos elencados. A região é conhecida como a área do sertão das Minas Gerais e de grande potencial para muitos estudiosos.



Mapa 1: Municípios da região Norte de Minas

O Mapa 1 mostra os municípios da região Norte de Minas, região que é considerada uma área de fronteira entre o cerrado e a caatinga. O clima predominante, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Aw (tropical úmido de savanas com invernos secos) e o Bsw (quente, seco, com chuvas de verão) (PEREIRA, 2007). Apesar de não ser caracterizada em sua maior parte pelo clima semiárido, a má distribuição das chuvas durante o ano, justificou sua inclusão na área do Polígono das Secas e de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

Quanto à hidrografia, a região conta com importantes bacias, como a do rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo. Vários de seus afluentes têm caráter intermitente em período de secas prolongadas, o que provoca sérios impactos, principalmente para a atividade agrícola.

Esses aspectos do ambiente nos ajuda a compreender como o colonizador fez a leitura do espaço ao chegar a região. Isso porque, naquele momento histórico se valorizava o espaço de acordo com seus aspectos físicos. Exemplo disso foi a forma utilizada para se regionalizar Minas Gerais: o espaço das “minas” e dos “sertões”. Sertão é um termo amplamente discutido pelos autores, mas, ficaremos com a definição de Ribeiro (2000) que afirma ser “os sertões” as áreas de atraso econômico e pouco povoamento, frente ao progresso representado pelo espaço do litoral.

Colonizada na segunda metade do século XVII como forma de complementar a economia açucareira e das minas, sua ocupação aconteceu através da bacia do São Francisco e suas terras pertenciam às capitanias do Pernambuco (parte ocidental) e da Bahia (parte oriental). Outra vertente de ocupação veio com as bandeiras paulistas.

A grande disponibilidade de terra aliada as suas características físicas, propiciou ao colonizador a inserção da pecuária ultra-extensiva em campo aberto (ANDRADE, 1982). Surgem os latifúndios no Norte de Minas e, aliado à sua formação, surge também à agricultura de excedente praticada pelos camponeses regionais.

Pereira (2007) argumenta que esse tipo de atividade econômica favoreceu uma ocupação populacional espaçada, surgindo fazendas e povoados ao longo das margens do São Francisco como as cidades de São Romão, Janu-

ária, Itacarambi, Manga e São Francisco.

Outra atividade econômica importante para o surgimento das cidades na região foi a mineração que acontecia nos municípios de Grão Mogol, Jequitaiá e Itacambira. A fazenda que dá origem a cidade de Montes Claros surge na rota que foi criada entre a área de garimpo e os latifúndios.

A chegada da SUDENE em 1965 à região marcou a implantação da infraestrutura regional. Rodrigues (2000, p. 125-124) demonstra os principais pontos da política desse órgão que objetivava dinamizar a economia norte-mineira em quatro eixos principais:

a) grandes projetos agropecuários; b) industrialização; c) reflorestamento; e d) projetos de irrigação. Os projetos agropecuários foram concentrados em Janaúba, Buritizeiro e Varzelândia; os industriais, em Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Bocaiúva e Capitão Enéas; os de reflorestamento com maior dispersão espacial.

Podemos afirmar que a atuação da SUDENE trouxe mudanças significativas para o espaço regional. Cardoso (1996, p. 238-239) e Pereira (2007, p. 151) resumem as inovações em sete pontos importantes: 1) a implantação de diversos empreendimentos em vários setores produtivos regionais; 2) a intensificação do processo de expropriação ou expulsão do homem do campo; 3) a intensificação das atividades de reflorestamento e carvoejamento; 4) a emergência de projetos agroindustriais e de fruticultura; 5) a expansão das atividades de transformação, com o consequente aumento da representatividade econômica das áreas mais industrializadas; 6) a relativa desconcentração das atividades terciárias; 7) e o aumento do grau de urbanização das localidades consideradas pólos ou micro-pólos regionais.

Entretanto, devemos inferir que de forma abrangente o resultado amplo da política implementada pela SUDENE no Norte de Minas foi a intensificação das desigualdades sociais, uma vez que os projetos desenvolvidos pelo Estado gerou uma grande massa de excluídos e aumentou a concentração de terras e renda. Pereira (2007, p. 111) afirma que

[...] o problema das disparidades regionais não foi resolvido. A condição inferior do Norte de Minas, nos padrões de desenvolvimento, tornou-se cada vez mais evidente e o grau de concentração de renda permaneceu alto. A crise da década de 1980, que se estendeu pelos anos de 1990, a opção pelo projeto liberal e a conseqüente desestruturação do Estado, em termos de política regional, afetaram a dinâmica de desenvolvimento do Norte de Minas, altamente dependente dos incentivos fiscais.

Apesar da política da SUDENE ter tido pontos positivos como a industrialização e o desenvolvimento dos serviços modernos na região, o Norte de Minas continua a enfrentar sérios problemas, como discutiremos a seguir.

Atividades Não-Agrícolas no Norte de Minas: além dos dados estatísticos

O modelo de desenvolvimento implantado pela SUDENE na região criou, via de regra, a concentração espacial dos investimentos. O que queremos demonstrar foi que os incentivos destinados ao processo modernizante foram concentrados em alguns municípios que por um lado foram desenvolvidos economicamente, e por outro sofreram e sofrem grandes impactos sócioambientais.

Do ponto de vista econômico, até os dias atuais há uma grande concentração de certas atividades na região que ainda se caracterizam por estarem ligadas ao setor primário (agricultura de subsistência, silvicultura e pecuária de corte). A fruticultura irrigada é concentrada nos municípios de Jaíba, Janaúba e Pirapora junto a algumas fazendas de pecuária melhorada, que representam nichos da modernização. Em Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora, Capitão Enéias e Várzea da Palma são desenvolvidas atividades industriais ligadas aos ramos da metalurgia, produtos alimentares, têxtil e química. “No setor terciário, verifica-se a relevância de Montes Claros como cidade pólo, com grande dinamismo de seu comércio, transportes, estabelecimentos hospitalares e de ensino superior”. (PEREIRA, 2007, p.113).

Pereira (2007) demonstra em seus estudos que na grande maioria das pequenas cidades, entendidas pela autora como aqueles com população urbana

inferior a 20.000 habitantes (79 municípios da região) há uma forte relação de dependência com o poder público, sendo a prefeitura municipal a responsável pela geração de empregos, seguida pelas atividades do setor primário como pecuária de corte e leite, agricultura, carvoejamento e reflorestamento.

Cabe ser discutido que, de todas as cidades visitadas (79 municípios) durante os trabalhos de campo, pudemos identificar muitas características do rural na área urbana como presença de carro de boi, carroças, animais de pequeno porte pelas ruas e quintais, cercas que delimitam terrenos (substituem os muros urbanos), entre outros. Conforme já discutido anteriormente, o critério utilizado pelo IBGE permite que essas áreas com características típicas do rural sejam consideradas cidades, pelo simples fato de serem sedes de município.

Já as áreas rurais são tradicionalmente marcadas pela presença da agricultura de base familiar com o policultivo de leguminosas, frutas, hortaliças e pequenas criações de animais. Em muitos municípios, principalmente os situados mais a norte da região, verifica-se que em períodos de secas prolongadas, essas práticas agrícolas são comprometidas pela dificuldade de acesso à água. Nesse período, esse recurso natural é garantido pelas prefeituras através do uso dos caminhões pipa. Isso implica em uma cultura paternalista, onde o prefeito parece ser o “bem feitor” que resolve os problemas da seca, mesmo que momentaneamente.

Outro ponto relatado pelos agricultores durante as entrevistas foi a grande dificuldade em escoar e comercializar sua produção. Historicamente, esses vendiam o excedente de sua lavoura em feiras semanais que já não existem na grande maioria dos municípios. Os mercados municipais de maior porte como em Porteirinha, Salinas, Montes Claros, Janaúba, Pirapora e até mesmo Belo Horizonte (Centrais de Abastecimento - CEASA) são responsáveis pela comercialização desses produtos na atualidade. Isso implica em um custo elevado de transporte que em algumas áreas é suprimido pela construção de cooperativas agrícolas (Nova Porteirinha, Serranópolis, Rio Pardo de Minas, Mirabela, Varzelândia, entre outros). Os produtores que não contam com esse sistema acabam por vender sua produção aos atravessadores que as interceptam por um preço abaixo do mercado e revende em outras áreas.

Outra realidade vivida por esses produtores é a degradação ambiental e das

técnicas de produção adquiridas culturalmente. Os projetos de irrigação, a monocultura de eucalipto, o carvoejamento e a expansão das áreas de pecuária extensiva, encurralaram esses produtores em pequenas áreas que não sustentam suas formas culturais de produção agrícola. Já não há terras gerais, onde o gado pastava solto e era feita a coleta de frutos e plantas do cerrado. Os animais pastam próximos a rios, córregos e veredas comprometendo a disponibilidade hídrica. A prática do extrativismo nas poucas áreas de cerrado que persistem em muitos municípios são hoje predatórias, pois as espécies são retiradas sem nenhum controle.

O apelo capitalista à prática da agricultura moderna aliada a pouca disponibilidade de terras, levam esses agricultores a praticarem uma agricultura “moderna” em muitos casos, com uso de agrotóxico, pesticidas, herbicidas e fertilizantes que comprometem o solo e a água, perpetuando o quadro de degradação socioambiental.

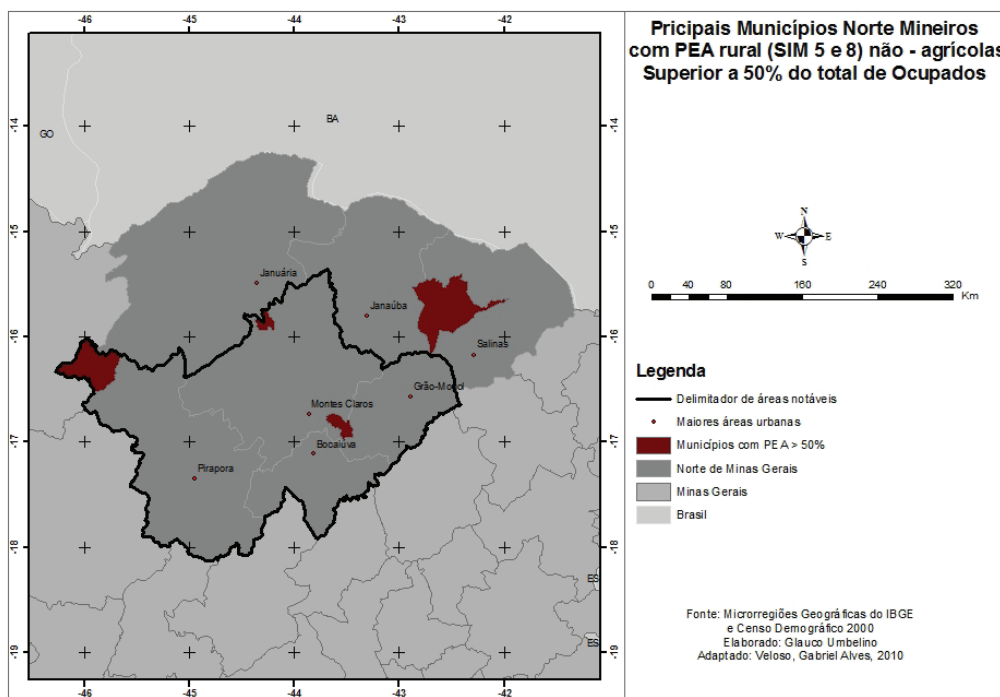
Entretanto, é preciso esclarecer que os agricultores e a agricultura familiar persistem e resistem. Esses sujeitos contam com apoio de Organizações Não-Governamentais - ONGs como o Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas – CAA/NM que buscam articular práticas agrícolas mais sustentáveis (resgatando técnicas inerentes a agricultura camponesa) e criando mobilização política entre os agricultores como a criação de cooperativas como a Grande Sertão.

Outra forma encontrada para garantir a sobrevivência no campo é a pluriatividade. Ser pluriativo para Schneider (2001, p. 174)

[...] se refere sobretudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda.

Não existem estudos sobre esse tema no Norte de Minas, mas nossos trabalhos de campo apontam que muitas atividades não-agrícolas estão presentes no dia-a-dia dos produtores rurais.

Devido à ausência de estudos na região, buscamos em Matos; Starlin e Umbelino (2004) respaldo do ponto de vista oficial para analisar o tema. Os autores estudam as microrregiões mineiras de acordo com a metodologia do projeto Rurbano com o objetivo de compreender como Minas Gerais tem desenvolvido as atividades não-agrícolas no rural. Essa análise conta com a delimitação de áreas de expressivo crescimento demográfico e econômico, cidades intituladas por esses de pequenas notáveis e a partir do estudo da população economicamente ativa – PEA e delimitação das áreas rurais, classificam o trabalho não-agrícola no rural. O Mapa 2 apresenta uma adaptação dos estudos dos autores sobre a região Norte de Minas.



Mapa 2: Principais municípios Norte mineiros com PEA rural (SIM 5 e 8) não-agrícolas superior a 50% do total de ocupações

No Mapa 2, podemos perceber as microrregiões de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Grão-Mogol inseridas na área intitulada pelos autores de “áreas notáveis”, ou seja, com expressivo crescimento demográfico e econômico e que os três municípios (Juramento, Riachinho e Lontra) apresentam um

PEA rural maior que 50% oriundo de ocupações não-agrícolas. Somente o município de Rio Pardo de Minas, apresenta essa característica não estando dentro da área notável.

Podemos concluir que, estatisticamente e de acordo com os critérios oficiais de delimitação do urbano e rural, as atividades ligadas a pluriatividade ainda são pouco expressivas no Norte de Minas. Entretanto, as entrevistas e trabalhos de campo realizados durante os meses de dezembro/2009 a julho/2010 apontam que as atividades não-agrícolas estão mais presentes do que apontam os órgãos oficiais.

Alguns municípios como Juramento, já têm no turismo rural (representado no município pelos pesque-pague) como uma alternativa de renda. Em outras áreas da região como nos municípios das microrregiões de Salinas, Janaúba e Janaúria, essa atividade também começa a se desenhar no espaço.

Nas proximidades dos centros microrregionais, existem trabalhadores que ocupam parcialmente seu tempo na lavoura e outra parte do dia trabalham na periferia das cidades em atividades como faxina, ajudante de pedreiro, comércio ambulante, entre outros. Existem ainda atividades de artesanato e beneficiamento de produtos nas propriedades. Em algumas entrevistas, as pequenas agroindústrias de queijo, doce, polpa de frutos de cerrado, são citadas como atividades geradoras de renda para a população local.

Podemos perceber, nos estudos de Pereira (2007) que as aposentadorias rurais são em muitos casos responsáveis pelo sustento da família. Outros como em Fonseca (2009) demonstram como as migrações para o trabalho em São Paulo, Triângulo Mineiro e Sul de Minas são importantes fontes de renda para a manutenção da agricultura familiar, uma vez que o dinheiro adquirido nesse período é utilizado para o sustento da família e da propriedade.

No entorno dos municípios mais dinâmicos do Norte do estado, como Montes Claros, Janaúba e Pirapora, a relação do trabalho em tempo parcial nas propriedades (em alguns casos em alguns dias da semana) e outra parte do tempo no perímetro urbano também é freqüente. Existem trabalhadores que se deslocam numa distância de 100 km diários para trabalhar no distrito industrial de Montes Claros e retornam a sua casa nas cidades vizinhas como é o caso de Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas.

O senhor J.M. agricultor do município de Capitão Enéas relata em entrevista que seus três filhos migram diariamente para Montes Claros com o objetivo de estudar e trabalhar. “No sábado e domingo, voltam para a casa na roça” (J.M. agricultor e pecuarista familiar do distrito de Santana da Serra, Capitão Enéas/MG). Parte do dinheiro adquirido com o esforço dos filhos é investido na propriedade de 90 hectares que conta com 20 cabeças de gado (leite), horta, plantação de feijão, abóbora, milho e um pequeno pomar, além de uma pequena fábrica de beneficiamento de doce de leite. As aposentarias do casal junto a renda do leite vendido à Nestlé em Montes Claros, dão suporte a propriedade. No período da seca, quando “as vacas dão bem pouco leite e agente vende a preço muito baixo por causa da qualidade, o que segura mesmo é a nossa aposentadoria e a ajuda dos menino” (J.M. agricultor e pecuarista familiar do distrito de Santana da Serra, Capitão Enéas/MG).

Como podemos perceber, muitas foram as mudanças que ocorreram no campo desde o processo de modernização iniciado na década de 1960. Novos estudos devem identificar até que ponto o rural norte-mineiro tem modificado suas características na busca de encontrar novas formas de sobrevivência dentro do modelo capitalista.

Considerações Finais

Podemos compreender o problema dos órgãos oficiais como o IBGE e dos estudiosos do tema para delimitar o rural e o urbano em um país diverso como o Brasil. O processo de modernização do campo nos moldes em que foi implantado nas diversas regiões brasileiras (sem respeitar suas particularidades) contribuiu para agravar as enormes diferenças regionais tanto no campo como na cidade.

Estudar um município no Norte de Minas é um exercício de perseverança que exige do pesquisador uma reflexão teórica bastante diferente daquela trabalhada para se explicar um município do sul do país, por exemplo. Portanto, entendemos, mas não concordamos com o tratamento estatístico dado a região.

Outros estudos devem ser elaborados para compreender a questão nessa região carente de estudos e de políticas públicas eficientes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Área de domínio da pecuária extensiva e **semi-extensiva na Bahia e no Norte de Minas Gerais**. Recife: SUDENE, Planejamento Regional, 1982. 497 p.

BERTRAND, Alvin L. et al. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.

BRUM, A. J. A revolução verde. In: BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1987. p. 44-50.

CARDOSO, J. M. A. **A Região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações espaciais**. 1996. Dissertação (Mestrado em Economia) – PIMES, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1996.

DUARTE, R. G. **A Geografia no Ensino Básico frente aos novos cenários rurais e urbanos na América Latina**. Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area03/3092_Duarte_Ronaldo.doc. Acesso em: 31/08/2010.

FONSECA, G. S. **Espacialidade das migrações temporárias mirabelenses: implicações na territorialidade local**. (Dissertação em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

GROSSI, M; SILVA, G. **O novo rural: Uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

MATOS, R. E. da S.; SATHLER, D.; UMBELINO, G. **Urbano Influyente e Rural Não-Agrícola em Minas Gerais**. Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A060.PDF. Acesso em: 15/07/2010.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no Norte de Minas** (Tese em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

REIS, D. S. **O Rural e Urbano no Brasil**. Acesso em: 18/08/2010. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_777.pdf.

RIBEIRO, R. F. História ecológica do sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural sertanejo. IN: LUZ, C. e DAYRELL, C. (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 47-106.

RODRIGUES, L. Contribuição da agricultura irrigada ao desenvolvimento regional. In: LUZ, C. e DAYRELL, C. (org.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Max Gráfica e Editora, 2000, p. 141-188.

RUA, J. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, G. et al (org). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 27-42.

_____. As crises vividas pelo estado do Rio de Janeiro e a emergência de novas territorialidades em áreas rurais. In: MARAFON, Glaucio et al (org). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007, p. 271-298.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2005.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2001, p. 164-184. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezesseis/schneid16.htm>. Acesso em: 25/10/2010.

SILVA, J. O novo rural Brasileiro. Belo Horizonte: **Revista Nova Economia**, 1997.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. **O conceito de Rural**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B., WHITACKER, A. M. (org.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

_____. **Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural**. Acesso em: 09/09/2010. Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/Livros/%5B2002%5Ddo_crescimento_agricola_ao_desenvolvimento_rural.htm.

Recebido para publicação em junho de 2011

Aceito para publicação em agosto de 2011

